



## A VOZ DOS AUSENTES NO COTIDIANO ESCOLAR

### *THE VOICE OF THE ABSENT IN EVERYDAY SCHOOL*

 Rosiley Teixeira

Doutorado em Educação  
Universidade Nove de Julho - UNINOVE  
São Paulo, SP - Brasil  
[rosileyteixeira@uni9.pro.br](mailto:rosileyteixeira@uni9.pro.br)

 Andrea de Sousa Araujo

Mestrado profissional em Gestão e Práticas Educacionais  
Universidade Nove de Julho - UNINOVE  
São Paulo, SP - Brasil  
[andreas.araujo@uni9.edu.br](mailto:andreas.araujo@uni9.edu.br)

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é evidenciar as reflexões teórico-metodológicas construídas a partir dos referenciais estudados na disciplina de Gestão e Organização do Trabalho Escolar, ministrada pela professora Doutora Rosiley Teixeira, no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais (PPGE) da Universidade Nove de Julho e que se relacionam com o trabalho de pesquisa realizado por esta pesquisadora. O trabalho buscou compreender se as famílias de crianças em idade escolar, matriculadas em escolas públicas de um município localizado na região metropolitana do estado de São Paulo, precisaram reorganizar o cotidiano familiar para se adequarem a novos tempos, espaços, meios e modos de aprender provocados pela suspensão das aulas presenciais. Desta forma, o objetivo da pesquisa foi compreender a gestão familiar a partir da implementação do ensino remoto. Para tanto, foi de fundamental importância o estudo dos referenciais de Boaventura Santos (2010), Michel de Certeau (2014), Stephen Ball (2016) e Paulo Freire (2021) para a fundamentação teórica da pesquisa e a linha de argumentação que considera as famílias excluídas do processo de formulação dos textos de políticas implementados neste período, mas que precisaram criar táticas que as auxiliassem na realização de atividades que, até então, estavam sob a responsabilidade da escola e tutela do Estado.

**Palavras-chave:** sociologia das ausências; cotidiano, táticas e estratégias; ciclo de políticas e atuação; pedagogia do oprimido.

**Abstract:** The objective of this work is to highlight the theoretical-methodological reflections built from the references studied in the Management and Organization of School Work discipline, taught by professor Doctor Rosiley Teixeira, in the Professional Master's Program in Management and Educational Practices (PPGE) at Universidade Nove de Julho and which are related to the research work carried out by this researcher. The work sought to understand whether families of school-age children, enrolled in public schools in a municipality located in the metropolitan region of the state of São Paulo, needed to reorganize their family routine to adapt to new times, spaces, means and ways of learning provoked by for the suspension of face-to-face classes. Therefore, the objective of the research was to understand family management based on the implementation of remote teaching. To this end, it was of fundamental importance to study the references of Boaventura Santos (2010), Michel de Certeau (2014), Stephen Ball (2016) and Paulo Freire (2021) for the theoretical foundation of the research and the line of argument that considers the families excluded from the process of formulating the policy texts implemented during this period, but who needed to create tactics that helped them carry out activities that, until then, were under the responsibility of the school and under the supervision of the State.

**Keywords:** sociology of absences; daily life, tactics and strategies; cycle of policies and action; pedagogy of the oppressed.

**Para citar – ABNT NBR 6023:2018**

TEIXEIRA, Rosiley; ARAUJO, Andrea de Sousa. A voz dos ausentes no cotidiano escolar. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 83-92, jan./jun. 2024. <https://doi.org/10.5585/cpg.v22n1.21236>

## A repetição do presente

*Eu vejo a vida melhor no futuro  
Eu vejo isso por cima de um muro  
De hipocrisia que insiste em me rodear*  
(Lulu Santos)

Nos “tempos modernos” a propagação do discurso de ausência de alternativas para as manifestações “monoculturais” levam a sustentação dos padrões econômicos, culturais, sociais e políticos hegemônicos acirrando a crise mundial e ratificando a “repetição do presente” (Santos, 2010). As culturas e aos sujeitos, colocados na inexistência, são negados o direito a voz e a supressão da validade de suas experiências é pressuposto para a repetição da história “dita” tradicional e universal.

[...] a burguesia sente que a sua vitória histórica está consumada e ao vencedor consumado não interessa senão a repetição do presente; o futuro como progresso pode, em verdade, ser uma perigosa ameaça. Nestas condições, e paradoxalmente, é a consciência mais conservadora que procura resgatar o pensamento do progresso, mas apenas porque resiste a aceitar que a vitória esteja consumada. (Santos, 2010, p. 52).

No ano de 2020, evidenciando os reflexos da pandemia de Covid 19 sentidos em todas as partes do mundo, a voz de uma grande parcela da população foi calada, tendo suas necessidades e experiências colocadas no ostracismo. A necessidade de isolamento social, para mitigar a disseminação do vírus, deixou evidente as desigualdades econômicas e sociais já existentes e fomentou a discussão da opressão sobre as classes menos favorecidas economicamente. Políticas públicas foram elaboradas, e colocadas em prática, com a finalidade de minimizar os danos causados neste período. No entanto, como os sujeitos, em sua individualidade, atuaram, se apropriaram ou fizeram uso desses textos de políticas em seu cotidiano são questões que ainda não foram totalmente analisadas.

No contexto educacional as políticas públicas elegeram a estratégia de ensino a distância, mediado por diferentes tecnologias, como instrumento metodológico a ser utilizado durante o período de isolamento social e suspensão das aulas presenciais. Este instrumento, considerado a princípio como suficiente para manutenção do vínculo entre escola, estudantes e família, se configurou posteriormente como política pública instituída nas esferas federal, estadual e municipal por meio do Ensino Remoto Emergencial.

Neste sentido, os profissionais da educação atuaram sobre os textos de política criando, a partir de cada contexto, estratégias que, na medida do possível, procuravam manter o vínculo com a comunidade escolar e a continuidade do processo de ensino-aprendizagem ainda que em situações adversas. Para as famílias, coube reorganizar suas práticas cotidianas para atender uma nova

modalidade de ensino na qual os professores deixaram de ser os responsáveis diretos pela mediação entre aluno e conhecimento. A partir da suspensão das aulas presenciais “diversos sujeitos” se tornaram mediadores do processo de ensino-aprendizagem levando, muitas vezes, a adequações nos tempos, espaços, meios e modos de ensinar e aprender.

Desta forma, compreender se (e como) as famílias de crianças em idade escolar matriculadas em uma escola pública em um município da região metropolitana do estado de São Paulo reorganizaram o seu cotidiano familiar durante a suspensão das aulas presenciais e identificar quais táticas foram utilizadas para atender as demandas que surgiram a partir do ensino remoto é uma forma de dar voz a uma parcela da população que não foi consultada, de forma direta, na elaboração das políticas públicas educacionais durante o período pandêmico. Para além disso, é uma forma de coletar dados e suscitar reflexões sobre novos instrumentos metodológicos, recursos e estratégias de ensino que, muito provavelmente, permanecerão presentes no cotidiano escolar alterando as maneiras de relação entre escola, família e comunidade. Portanto, é propor uma análise mais aprofundada sobre os caminhos da educação pós-pandemia.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho, é evidenciar as algumas das reflexões teórico-metodológicas construídas a partir dos referenciais estudados na disciplina de Gestão e Organização do Trabalho Escolar, ministrada pela professora Doutora Rosiley Aparecida Teixeira, no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais (PPGE) da Universidade Nove de Julho e que se relacionam com o trabalho da pesquisa realizada.

Para tanto, foi de fundamental importância o estudo e a compreensão dos referenciais de Boaventura Santos (2010) na categoria sociologia das ausências, Michel de Certeau (2014) em cotidiano, táticas e estratégias, a abordagem do ciclo de políticas e atuação de Stephen Ball (2016) e as reflexões proposta por Paulo Freire (2021) em a Pedagogia do Oprimido para a fundamentação teórica da pesquisa e a linha de argumentação que considera que as famílias foram excluídas do processo de formulação dos textos de políticas implementados neste período, mas que apesar disso, precisaram criar táticas tomando para si atividades que, até então, estavam sob a responsabilidade da escola e tutela do Estado.

### As astúcias cotidianas dos que não existem

*Um dia eu quero mudar o mundo  
No outro eu vou devagar  
Um dia penso no futuro  
No outro eu deixo para lá  
(Swami Jr. e Paulo Freire)*

Aquilo que acontece diariamente, que é comum e corriqueiro. Está é a definição mais comum para o termo cotidiano. Mas, examinar as práticas cotidianas na concepção de Certeau (2014, p. 40), pressupõe entender que os sujeitos apresentam diferentes “maneiras de fazer” de acordo com os lugares que ocupam na relação cotidiana, “[...] essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural”, alterando o seu funcionamento.

Para explicar os diferentes modos de proceder de cada indivíduo o autor propõe uma analogia com as quatro características do ato enunciativo procurando demonstrar que para atuar no cotidiano os sujeitos precisam *operar* sobre a realidade, se *apropriando* dos conhecimentos sociais, instaurando-se no *presente* de um determinado momento e lugar e estabelecendo *contrato com o outro*.

Colocando-se na perspectiva da enunciação, objeto deste estudo, privilegia-se o ato de falar: este *opera* no campo de um sistema linguístico; coloca em jogo uma *apropriação*, ou uma reapropriação, da língua por locutores; instaura um *presente* relativo a um momento e a um lugar; e estabelece um *contrato com o outro* (o interlocutor) numa rede de lugares e de relações. Estas quatro características do ato enunciativo poderão encontrar-se em muitas outras práticas (caminhar, cozinhar etc.). (Certeau, 2014, p. 40)

Para atuar os indivíduos precisam criar suas próprias “maneiras de fazer” ou “fazer com” (Certeau, 2014, p. 86) criando, de acordo com o contexto social na qual estão inseridos, estratégias e táticas. A estratégia é utilizada como forma de convencimento e de intimidação dos fortes sobre os fracos. As táticas são utilizadas pelos sujeitos em sua ausência de poder. Em Certeau (2014, p. 87) o autor afirma que “[...] O que distingue estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar.” E define:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. (Certeau, 2014, p. 93)

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. (Certeau, 2014, p. 94)

Verificar quais táticas as famílias utilizaram para se adequar ao ensino remoto e as estratégias impostas pelas políticas públicas ofertadas pela escola durante a suspensão das aulas presenciais é objetivo principal do trabalho de pesquisa a ser desenvolvido. Os estudos sobre o cotidiano e a

compreensão das diferentes maneiras de fazer que podem ser traduzidas em táticas, astúcias ou estratégias é fundamental para análise das alterações na rotina durante o período pandêmico.

Também nas relações cotidianas é comum escutarmos frases como: não entendo nada de política ou odeio política. Essas são frases recorrentes em vários segmentos da população, nas quais o fazer político ou a atuação política estão, muitas vezes, restritas ao ato de votar. Na democracia representativa liberal contemporânea delegar as ações políticas às instituições (como o Estado ou os partidos políticos) se constituiu como prática que fragmenta e minimiza o conceito de participação.

Na abordagem do ciclo de políticas e atuação, Ball (2016) procura conceituar as relações entre política e prática e como todos os sujeitos envolvidos nas esferas escolares são produtores de políticas. Para esta análise, o autor destaca as diferentes maneiras como as políticas são interpretadas e traduzidas no universo escolar, atuadas e encenadas por seus sujeitos que imprimem materialidade aos textos políticos a partir do contexto nos quais estão inseridos.

O autor afirma (2016, p. 14) que os textos de políticas não são apenas implementados, mas “[...] traduzidos a partir do texto para a ação – colocados “em” prática – em relação à história e ao contexto, com os recursos disponíveis.” E complementa:

A política é complexamente codificada em textos e artefatos e é decodificada (e recodificada) de forma igualmente complexa. Falar em decodificação e recodificação sugere que a formulação da política é um processo de compreensão e tradução – que obviamente é. (Ball, Maguire, Braun 2016, p. 13-14)

Nesta abordagem Ball (2016) nos apresenta cinco contextos que podem nortear a análise das trajetórias de políticas e dos textos de programas educacionais permitindo reflexões mais detalhadas das ações dos sujeitos no contexto escolar sendo eles: contexto de influência, contexto da produção de texto, contexto da prática, contexto dos resultados e contexto de estratégia política.

Esses contextos estariam inter-relacionados e não seguiriam etapas lineares com dimensões temporais ou sequências padronizadas. Mas, em cada um dos contextos, pode haver disputas e embates ocasionados pelas diferentes interpretações e atuações apresentadas pelos lugares e grupos de interesse.

As políticas – novas ou antigas – são definidas contra e ao lado de compromissos, valores e formas de experiências existentes. Em outras palavras, um quadro de atuações das políticas precisará considerar um conjunto de condições objetivas em relação a um conjunto de dinâmicas “interpretativas” subjetivas. Assim, o material, o estrutural e o relacional precisam ser incorporadas na análise de políticas, a fim de compreender melhor atuações das políticas no âmbito institucional. (Ball, Maguire, Braun, 2016, p. 37)

Portanto, esta abordagem demonstra que tanto os profissionais da educação quanto a comunidade escolar (representadas pelas famílias e ou Conselhos de Escola) exercem papel ativo nos processos de interpretação das políticas educacionais que, conseqüentemente, têm implicações na implementação das políticas no universo escolar.

Sendo assim, identificar como educadores e famílias atuaram sobre os textos políticos que nortearam a construção do modelo de ensino remoto no universo escolar e foram traduzidos em artefatos (estratégias e táticas) é imprescindível para compreensão das formas como essa metodologia de ensino foi aplicada na prática.

Se a historiografia tradicional, linear, etnocêntrica e eurocêntrica convencionou demonstrar que os conhecimentos acumulados pelas sociedades do Norte (Santos, 2010) são a base do desenvolvimento humano é emergencial que os saberes dos que foram e são desprovidos de voz sejam evidenciados.

Pura e simplesmente, deixamos de saber olhar o passado de modo capacitante. É por isso que, em minha opinião, não podemos voltar a pensar a transformação social e a emancipação sem reinventarmos o passado. O que proponho é o fragmento de uma nova teoria da história que nos permita voltar a pensar a emancipação social a partir do passado, e, de algum modo, de costas viradas para um futuro supostamente predeterminado. (Santos, 2010, p. 53)

Para Boaventura Santos, a ciência moderna ocidental se configurou como conhecimento naturalmente constituído e, portanto, mais verdadeiro. Sendo assim, se ocupou em transformar experiências dominantes e hegemônicas em universais levando saberes de outros povos e culturas a destruição e ao silenciamento, tornando-as inexistentes. Para o autor (2010, p. 104) “A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente, e, portanto, no desperdício dessa experiência”.

Como recurso contra-hegemônico o sociólogo propõe dar visibilidade as narrativas de sujeitos fadados a não existência, identificando as experiências produzidas como ausentes, tornando-as presentes e consideradas como alternativa as experiências hegemônicas.

[...] Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível. O que une as diferentes lógicas de produção de não-existência é serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional. (Santos, 2010, p. 104)

Para tanto, traz a discussão a sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Na sociologia das ausências procuramos identificar as experiências colocadas como ausentes tornando-as presentes. A sociologia das emergências busca expandir o universo de experiências sociais trazendo a diversificação e a multiplicação dos conhecimentos possíveis. Nesta ecologia ainda nos

cabe o trabalho de tradução intercultural identificando preocupações semelhantes entre as culturas, explorando suas respectivas respostas e buscando convergências éticas e políticas.

Portanto, a sociologia das ausências tem por objetivo “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças.” (Santos, 2010, p. 102).

E se estamos falando em conhecimentos hegemônicos em detrimento dos saberes da experiência, em colocar na inexistência aqueles que são oprimidos pelo sistema vigente deixando-os sem voz, precisamos falar também de como possibilitar a escuta e o exercício de uma prática dialógica e libertadora. Para Freire (2021, p. 51) a realidade social “não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens” e, por este motivo, “também não se transforma por acaso”.

Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica é tarefa dos homens. [...] Ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis desta busca. (Freire, 2021, p. 51 - 52)

Sendo assim, não basta apenas tomar consciência da situação de opressão na qual vivemos, mas é necessário a prática e o engajamento na luta de superação da condição que nos é imposta levando a transformação objetiva da situação opressora. Porque a ação libertadora só pode ser viável quando as (Freire, 2021, p. 54) “massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se inserem nela criticamente.”

Portanto, para deter a opressão, e com isso os opressores, buscando a liberdade é preciso que os homens se libertem em comunhão, no diálogo e na reflexão. “E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores.” (Freire, 2021, p. 41)

Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. (FREIRE, 2021, p. 41)

Este ensinamento e este aprendizado têm de partir, porém, dos “condenados da terra”, dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles realmente se solidarizam. Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira. (Freire, 2021, p. 42)

É por este motivo que toda a ação junto aos oprimidos é um ato político. E, desta forma, precisa estar pautada na ação cultural de promoção da liberdade. Uma pedagogia da libertação precisa fazer da opressão e suas causas objeto de reflexão, resultando no engajamento da luta por sua libertação. Essa pedagogia do oprimido (Freire, 2021, p. 43) “tem de ser forjada *com* ele e não *para* ele, enquanto homens ou povos [...]”

Desta maneira é importante salientar que, compreender como os diferentes sujeitos que, muitas vezes, são considerados inexistentes ou ausentes de saberes hegemônicos, produziram táticas que permitiram colocar em prática o modelo de ensino remoto e, por consequência, atuaram sobre os textos de políticas é de fundamental importância para analisar os caminhos percorridos pela educação no período de suspensão das aulas presenciais. Dar a estes sujeitos, o direito a escuta e a voz possibilita a reflexão e a busca da transformação de uma consciência ingênua para uma consciência crítica na aprendizagem da palavra autônoma como exteriorização da “práxis” cotidiana.

### A pobreza da experiência

*A presença de uma ausência  
O corpo sabe que alguma coisa está faltando [...] [...] Crio um mundo só para nós  
Quase escuto a sua voz  
Ecos pela eternidade  
(Brisa Flow)*

O objetivo deste trabalho foi evidenciar algumas das elaborações teóricas e metodológicas de uma pesquisa que propôs reflexões entre as teorias apresentadas pelos autores em discussão na argumentação teórica lidas e discutidas na disciplina de Gestão e Organização do Trabalho Escolar durante o curso de mestrado. O aprendizado experimentado por meio das leituras traz a certeza de que a pesquisa é pertinente e de extrema importância para o momento atual pelo qual passamos em que experiências conservadoras e valores considerados como tradicionais são defendidos por gestores do Estado e traduzidos em políticas públicas.

Em contrapartida, os autores selecionados para esta análise nos permitem a argumentação de que todos os indivíduos possuem saberes acumulados em suas vivências e que o desperdício dessas experiências leva a uma contração do presente baseada na (Santos, 2010, p. 103) [...] “lógica da classificação social, que (se) assenta na monocultura da naturalização das diferenças.”

A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que podemos identificar e valorizar. (Santos, 2010, p. 101)

Os contatos realizados com as famílias nos permitiram inferir que táticas precisaram ser formuladas, muitas vezes sem tempo hábil para planejamento ou reflexão. As diversas “maneiras de fazer”, se constituíram no cotidiano familiar e se configuraram como operações “multiformes e fragmentárias”, mas que possuem lógicas próprias.



Pode-se supor que essas operações multiformes e fragmentárias, relativas a ocasiões e a detalhes, insinuadas e escondidas nos aparelhos das quais elas são os modos de usar e, portanto, desprovidas de ideologias ou de instituições próprias, obedecem a regras. Outras palavras, deve haver uma lógica dessas práticas. Isso significa voltar ao problema, já antigo, do que é uma *arte* ou “maneira de fazer”. (Certeau, 2014, p. 41)

Acreditamos também que dar voz as famílias, muitas vezes esquecidas, menosprezadas e criticadas, no processo educacional de seus filhos é dar visibilidade aos ausentes, subjugados aos que detêm o poder de fazer e executar leis sem ouvir os que a elas se destinam. É entender que todos somos produtores de políticas a partir do momento em que interpretamos e atuamos sobre as diferentes políticas públicas as quais somos expostos cotidianamente.

A *interpretação* é um compromisso com as linguagens da política, ao passo que a tradução está mais próxima as linguagens da prática. A *tradução* é uma espécie de terceiro espaço entre política e prática. É um processo interativo de fazer textos institucionais e colocar esses textos em ação, literalmente “atuar” sobre a política usando táticas [...]. (Ball, Maguire, Braun, 2016, p. 69)

É construir, junto com as massas populares, mecanismos de transformação e libertação a partir da reflexão crítica sobre a condição humana na sociedade contemporânea tornando-se conscientes da importância de suas experiências pautadas na ação sobre a realidade objetiva.

[...] o opressor sabe muito bem que esta “inserção crítica” das massas oprimidas, na realidade opressora, em nada pode a ele interessar. O que lhe interessa, pelo contrário, é a permanência delas em seu estado de “imersão” em que, de modo geral, se encontram impotentes em face da realidade opressora, como “situação limite” que lhes parece intransponível. (Freire, 2021, p. 54)

Por fim, é ser alternativa contra-hegemônica em tempos obscuros de busca incansável por padrões cada vez mais conservadores e autoritários. É compreender as individualidades em um universo de muitos contextos e atores.

Para tanto, os referenciais acima citados nos permitem dialogar sobre os saberes da experiência das famílias que, de modo abrupto, precisaram reorganizar seus tempos e espaços para dar conta de atividades, até então, atribuídas a escola e sob responsabilidade do Estado.

### Referências

ARAUJO, Andrea de Sousa. *Reorganização do cotidiano familiar em tempos de pandemia: táticas de mães para a aprendizagem dos filhos*. 2022. 140 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

BALL, Stephen J.; Maguire, M.; Braun, A. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014, 22ª ed.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021, 79ª ed.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010, 3ª ed.